



A TRAJETÓRIA DA ARQUIVOLOGIA: três visões sobre os arquivos

Eliezer Pires da Silva

Arquivo Nacional do Brasil

eliezerpires@gmail.com

Resumo:

Pretende-se apresentar uma revisão de literatura sobre a trajetória da Arquivologia destacando o reconhecimento de três visões sobre os arquivos (histórica, gerencial e informacional). Considera-se que há uma visão *histórica* dos arquivos que se estabelece com o modelo de instituição arquivística típica do século XIX, que privilegia a dimensão patrimonial de acervos custodiados, para servirem à produção historiográfica. O quadro histórico da primeira metade do século XX é o elemento de fundo para a identificação do surgimento de uma visão *gerencial* dos arquivos. A demanda de eficiência estatal, frente aos problemas da "explosão documental" por parte dos países desenvolvidos, no período chamado entre-guerras, e o ambiente de difusão das idéias de administração científica, delineariam o surgimento do conceito e das práticas de Gestão de Documentos. O outro enfoque é a visão *informacional* dos arquivos. O discurso da importância da informação como recurso estratégico do ponto de vista do desenvolvimento e da orientação de sucesso das organizações, se faz presente, por exemplo, nas aplicações dos sistemas de recuperação de informação aos arquivos. Uma necessidade de atualização das práticas arquivísticas relacionada aos discursos, difundidos no final do século XX, que concedem a informação uma condição de elemento fundamental na constituição da realidade. Observa-se o surgimento de movimentos de normalização das práticas arquivísticas na direção de sua aproximação de iniciativas internacionais para a interoperabilidade dos sistemas informacionais.

Palavras-chave: arquivologia; arquivo e informação; pensamento arquivístico.

1 A TRAJETÓRIA DA ARQUIVOLOGIA

A reconstrução de uma história dos arquivos extrapolaria os objetivos de configurar a existência de perspectivas e enfoques relacionados com o saber arquivístico. Assim, optou-se pela classificação genérica de visões arquivísticas como um modo de sistematizar os

principais deslocamentos da Arquivologia desde a criação das instituições arquivísticas, a partir do século XVIII, até as atuais discussões de normalização das boas práticas arquivísticas.

Pretende-se apresentar uma revisão de literatura sobre a trajetória da Arquivologia destacando o reconhecimento de três visões sobre os arquivos, que não abrangem a totalidade do pensamento arquivístico, mas são, ao menos, representativas de parcela significativa dos entendimentos neste campo de saber.

Ao se admitir que ocorrem possíveis interseções entre essas visões dos arquivos (histórica, gerencial e informacional), acredita-se na utilidade didática dessa estruturação para a apresentação da trajetória da Arquivologia presente na literatura da área.

Não se pretende representar um percurso de evolução por meio das visões. Entende-se que essas perspectivas não estão em evidente rompimento umas com as outras; podem apresentar convivência complementar em algumas situações; permitem uma identificação entre as escolas, em outros casos; estabelecem categorias profissionais em contextos específicos e sistematizam os principais deslocamentos do saber arquivístico no percurso de sua formação.

1.1 A VISÃO HISTÓRICA DOS ARQUIVOS

Naturalizou-se, facilmente, identificar *arquivo* nas diversificadas práticas de registro e tratamento da acumulação, remontando ao surgimento da escrita. Isso sugere que o objeto da Arquivologia estivera, desde então, em algum espaço institucional recebendo uma abordagem com o mínimo de técnicas acumuladas na prática. “É ao aparecimento da escrita que remonta o nascimento dos arquivos e da arquivística, bem como as novas ocupações, entre as quais a de arquivista. A escrita permitiu produzir obras literárias mas também serviu a administração” (COUTURE; ROUSSEAU, 1998, p. 29).

Contudo, a partir do século XIX, essa visão histórica dos arquivos relaciona-se com o projeto historiográfico de invenção das tradições nacionais como via explicativa para a constituição do modelo de instituição arquivística para a custódia de acervos culturalmente importantes de um país.

1.1.1 O modelo de instituição arquivística do século XIX

O modelo de instituição arquivística no século XIX projeta a exclusividade dos seguintes objetivos: preservar e dar acesso aos documentos públicos sob sua custódia. Estabelece-se o direito de acesso aos documentos públicos; o reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre o patrimônio documental; e a institucionalização de uma administração nacional dos arquivos.

Durante o século XIX, a consolidação dos ideais revolucionários proclamados no final do século anterior e a consolidação de uma visão positivista da História contribuíram para aumentar a abertura, ainda que gradual, dos acervos dos arquivos públicos. Ganhava espaço e tornava-se um generalizado a idéia de que os arquivos constituíam a base da pesquisa, e que, desse modo, os Estados tinham a obrigação de mantê-los acessíveis (FONSECA, 1998, p. 39).

A experiência francesa de constituição de um arquivo de abrangência nacional possui tanto encadeamentos que justificam tal criação, como também desdobramentos. Quanto aos encadeamentos que justificam a criação do Arquivo Nacional da França, em 12 de setembro de 1790, logo se estabelece direta relação com a Revolução de 1789, portanto no ano anterior. Os autores canadenses tecem comentários:

Os artesãos da Revolução Francesa compreendem o “poder” que os arquivos encerram e a sua importância no exercício do governo, criando os *Archives Nationales de France* [...] e querendo conservar, desde início do mandato, todos os documentos produzidos sob a nova administração (COUTURE; ROUSSEAU, 1998, p. 33).

Schellenberg (2002, p. 26) observa o desdobramento: “Foi o primeiro arquivo nacional criado no mundo. Nele deveriam ser guardados os documentos da Nova França, documentos esses que traduziam suas conquistas e mostravam suas glórias.”

A elevação da Revolução Francesa ao status de signo divisor de modelos de sociedade no Ocidente se deve às rupturas que podem ser caracterizadas no pós-1789: movimentos em torno da idéia de nação. Conseqüentemente a necessidade de uma *história* que identifique a coletividade em torno de um *Estado*.

É nessas circunstâncias de mudanças estruturais no modelo de organização da sociedade que o arquivo entra na agenda das transformações de proporções mundiais ocorridas a partir do século XIX. Frank B. Evans, prefaciando a obra de Couture e Rousseau, descreve um movimento de deslocamento na função dos arquivos no seio das mudanças sociais. Segundo ele, houve



[...] o desenvolvimento da História como disciplina [...] em que fontes originais são utilizadas como materiais de apoio à investigação, os depósitos de arquivo, outrora considerados sobretudo como “arsenais de leis”, transformaram-se agora em “arsenais da história” (1998, p. 17).

O Arquivo Nacional criado pelos revolucionários fazia parte de um projeto de nação, reunindo ali os principais símbolos.

Os arquivos da Revolução Francesa agrupam, em primeiro lugar, os documentos das instâncias governamentais da Revolução. São também constituídos pelo núcleo duro da nova ordem. Eles são não só o receptáculo de documentos em sentido comum; recebem também objetos com carácter fundador muito acentuado: os selos da República, os tipos de moedas, os padrões dos pesos e medidas (SANTONI apud COUTURE; ROUSSEAU, 1998, p. 37).

No contexto de relevância institucional que assume essa centralização dos arquivos, destaca-se, sobretudo, a importância do papel de subsidiar a construção de uma memória nacional. Esta seria um empreendimento realizado a partir da concentração dos documentos.

Foi o que sucedeu, notadamente em Paris, quando a Revolução Francesa concentrou em um único depósito, denominado *Archives Nationales*, documentos os mais diversos, tais como o Tesouro de Cartas Reais, os arquivos do Parlamento de Paris, os das Abadias e conventos da região parisiense, os dos ministérios do governo real, os dos príncipes emigrados etc., aos quais se juntaram, logo depois, os papéis provenientes das novas assembléias e administrações criadas pela Revolução (DUCHEIN, 1983, p. 15).

Na Inglaterra institui-se, em 1838, o Public Record Office. Neste mesmo ano se cria o atual Arquivo Nacional no Brasil. Para Schellenberg (2002, p. 31), as razões para instituir esse modelo de arquivo público encontram-se na ordem de ser uma fonte cultural, dentro de objetivos do projeto historiográfico do século XIX, considerando a evidência dos direitos das novas relações de cidadania e governo que estavam surgindo e, também, da ordem oficial que caracterizava o trabalho governamental.

Dentro desse quadro, com o modelo de instituições arquivísticas dirigidas aos objetivos de pesquisa histórica, apresenta-se a experiência francesa de formulação da abordagem do respeito pela totalidade de cada arquivo.

1.1.2 O enunciado francês

No contexto da Revolução Francesa, ocorreu a reunião dos arquivos no Arquivo Nacional, que se manifestou, radicalmente, contrária ao mínimo do que já havia sido desenvolvido sobre a relação entre o acúmulo dos documentos e a atividade geradora deste. O desmonte que começa ser realizado nos arquivos trouxe conseqüências negativas de imediato. No entanto, no percurso da adulteração da noção orgânica já existente em torno do conceito de arquivo, os franceses trazem uma contribuição para a questão que surge da prática com o caos gerado na incorporação de diferentes arquivos pelo Arquivo Nacional.

A política de incorporações em massa e a subsequente reordenação dos arquivos, baseada em concepções ideológicas atingiram tais proporções em França, que a situação se tornou de certo modo incontrolável e alarmante, do ponto de vista arquivístico. Face a esse estado de coisas, **surgiu a necessidade de impor ordem no caos que se gerara**, o que levou à formulação de umas “*instructions pour la mise en ordre et le classement des archives départementales et communales*” (SILVA et al., p. 107, negrito nosso).

O problema demandou solução que ao seu tempo foi pragmática. O fato de ser objeto de uma circular – despacho administrativo – é sintomático. A solução veio por meio de instruções promulgadas pela direção do Ministério do Interior, inspiradas no que propõe o então chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais, Natalys de Wally – em 24 de abril de 1841.

A ambiência administrativa dessa resolução poderia tornar tal diretriz *exclusivamente* pragmática, não fossem os posteriores lampejos de intenção de justificar o enunciado. Percebe-se, assim, na idéia de fundo de arquivo uma totalidade descaracterizada quando numa classificação por assunto.

A classificação geral por fundos é uma única verdadeiramente capaz de assegurar o pronto cumprimento de uma ordem regular e uniforme [...] Se, em lugar desse método, fundamentado, por assim dizer, na natureza das coisas, se propõe uma ordenação teórica [...], os arquivos cairão em desordem difícil de remediar [...] Em qualquer outro tipo de classificação que não seja por fundos corre-se o grande risco de não se saber onde encontrar um documento (WALLY, 1890, apud DUCHEIN, 1983, p. 16).

Schellenberg reconhece as raízes pragmáticas do respeito aos fundos de arquivo. Um de seus argumentos sobre a importância do princípio é:



O princípio confere ao arquivista orientação prática e *econômica* para o arranjo, descrição e consulta dos documentos em sua custódia. Antes de formulado o princípio, os arquivistas, como vimos, reordenavam, em relação aos assuntos [...] Tal reajustamento era muito *complicado* [...] Tão *moroso* se revelava que absorvia, em geral, todo o tempo do arquivista. [...] O princípio de proveniência suplantou o processo de dispor os papéis em conformidade com os assuntos. Destarte, um método de arranjo de todo dificultoso viu-se substituído por outro de caráter *prático* (SCHELLENBERG, 1980, p. 110, grifos nossos).

O fundamental na circular de 1841 é que determina que não haja mistura das proveniências e que os documentos de instituições diferentes não podem ser mesclados.

O respeito deste primeiro grau é essencial para que os documentos de arquivo conservem a sua plena utilidade administrativa, uma vez que os documentos activos e semiactivos de uma unidade formam uma entidade própria que não pode ser misturada com os documentos de uma ou de várias outras unidades. Por outro lado, este primeiro grau é também indispensável à plena existência do valor de testemunho do documento de arquivo, visto que o próprio fundo de arquivo, de que depende esse valor, procede diretamente desse respeito (SCHELLENBERG, 1980, p. 83).

Nesse sentido, busca-se a preservação da construção de um conjunto de documentos acumulados no entorno de uma atividade, consolida-se a noção de *fundo* em que a própria existência pressupõe não desmontá-lo em outros. Em outro trabalho, Schellenberg comenta:

Conquanto o princípio do *respect des fonds* não haja sido adotado consistentemente na França, depois de sua formulação em 1841, deu-se, contudo, um importante passo à frente. O antigo sistema de arranjar os documentos de acordo com algum sistema arbitrário de classificação de assuntos foi abandonado, ao menos teoricamente, e substituído por um sistema baseado em princípio aplicável de maneira geral (2002, p. 245).

O enunciado francês do respeito pelos fundos de arquivo tem sido reconhecido como um marco importante na formação do saber arquivístico. Essa experiência teria formulado os traços essenciais do conceito de arquivo. A partir de então haveria uma compreensão objetivada dessa unidade lógica formada pelo conjunto de documentos acumulados no exercício de uma atividade, tendo em vista suas funções de testemunhar o passado.

Essa seria uma contribuição ao trabalho arquivístico que foi ampliada na publicação do Manual dos Holandeses, aproximadamente 50 anos depois da enunciação do respeito aos

fundos de arquivo pelos franceses.

1.1.3 O Manual dos Holandeses

O Manual dos Holandeses é a forma como se conhece, no Brasil, o *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Essa obra foi publicada pela Associação dos Arquivistas Holandeses em 1898.

Além de marco fundador da Arquivologia na literatura da área, é, também, nas palavras de Couture e Rousseau, estandarte do “segundo grau” do “princípio da proveniência”:

No segundo grau, o princípio da proveniência exige que todos os documentos em um fundo de arquivo ocupem um determinado lugar que tem de ser respeitado ou restabelecido, caso a ordem primitiva ou a ordem original tenha sido modificada por qualquer razão (COUTURE; ROUSSEAU, 1998, p. 83).

O Manual dos Holandeses é absolutamente inovador ao seu tempo com as enunciações emitidas, incluindo discussões conceituais, apesar de ser um manual com todo o pragmatismo que porventura possa sugerir. É estruturado no formato de cem “parágrafos”, designação adotada pelos próprios autores. O conteúdo está desenvolvido na condução dos comentários de cada uma das normas.

Existe um aspecto em que a obra fica datada. São questões específicas de tipologia documental, práticas de acondicionamento e modelos institucionais, que são características de uma época.

A produção foi coletiva, “ao se discutir, na Associação dos Arquivistas, a proposição em apreço, houve, num ponto, divergência de opiniões” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 48).

Parece nítido, desde o prefácio, a construção de diretrizes em detrimento da suposta rigidez de uma normatização de procedimentos. “Enganar-se-ia redondamente, porém, quem nos atribuísse o desejo de colocar as regras no presente Manual como um jugo aos ombros dos nossos colegas” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 11). Ao exporem sobre a estrutura do inventário, demonstra-se, em sua essência, o quanto eles ultrapassaram os parâmetros de meramente reger o tratamento dos arquivos, no sentido de que revela o quanto este espaço de *saber aplicado* tende a conduzir-se por *princípios*.



O ponto de vista a partir do qual cumpre ordenar o arquivo há de ser definido pelo julgamento do arquivista, que deve levar em conta, nessa matéria, a natureza do acervo. [...] como já foi observado, *cada arquivo reclama o seu próprio arranjo* e, por muito desejável que fosse estatuir regras gerais a esse respeito, há que renunciar a semelhante propósito (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 111, grifo nosso).

O parágrafo 16 e seu comentário são emblemáticos no tocante à perspectiva que está sendo apresentada aqui. Inicia-se com o reconhecimento da existência de um *método* na disposição arranjada dos arquivos: há relações entre os documentos constituindo o todo. A organização da administração que produziu o arquivo está refletida na acumulação por ela feita.

O sistema de arranjo deve ser baseado na organização original do arquivo, a qual, na sua essência, corresponde à organização do órgão administrativo que o produziu. [...] Esta regra, adotada pela Associação de Arquivistas, é, de todas, a mais importante, porque nela se formula o *princípio* fundamental, do qual derivam as demais (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 44, grifo nosso).

Os mesmos arquivistas acreditavam que

A organização original de um arquivo deve corresponder *naturalmente*, nas suas linhas principais, à antiga estrutura da entidade administrativa que o produziu. *Isso dispensa demonstração*. A antiga organização não se formou arbitrariamente, não resultou do acaso, mas é a consequência lógica do modo por que se constituiu a unidade administrativa, de cujas funções *o arquivo é resultado*. Esse órgão construiu, por assim dizer, o seu arquivo e, ao fazê-lo, tomou em consideração a sua própria constituição e necessidades (p. 47, *grifos nossos*).

No parágrafo seguinte desenvolve-se a positividade de uma reconstituição da ordem original de conjuntos recolhidos a uma instituição centralizadora.

No arranjo do arquivo, portanto, urge, antes de mais nada, restabelecer o quanto possível a ordem original. Somente então será possível julgar-se se é conveniente, ou não, e até que ponto, dela apartar-se. [...] faz ressaltar o fato de que, via de regra, aquele arranjo se estabeleceu em consonância com os requisitos da organização passada e se acha a eles estreitamente vinculado (p. 49 e 50).

Os arquivistas holandeses criaram mesmo uma espécie de sacralidade da ordenação imposta na ocasião da acumulação administrativa dos documentos, e nisso estaria a existência do que é arquivo, compreensão evidente no seguinte comentário: “O arquivo é um todo orgânico, que se veio criando durante certo período de tempo e não algo feito mais tarde, em

determinada data fixa” (p. 117).

É interessante como o parágrafo 38 assevera a mentalidade da abordagem arquivística dos documentos observando o elemento catalisador do conjunto fazendo do grupo unidade orgânica. “Antes de descrever-se um volume ou um amarrado cumpre conceber-se claramente a idéia dominante que presidiu à formação” (p. 80).

Encontra-se no parágrafo 21 a constatação da perspectiva de análise documental fundamentalmente *original* da disciplina arquivística sobre seu objeto. “*Não é o assunto do documento, mas a sua destinação*, o que deve determinar o lugar que lhe cabe ocupar no arquivo” (p. 58, grifo nosso). O fio condutor do “olhar” arquivístico reside no perguntar sobre a atividade institucionalizada que foi fator gerador da acumulação; e, nesta relação, visualizar a constituição do arquivo.

A visão histórica dos arquivos se distingue por esses elementos de valorização das entidades custodiadoras de acervos para a pesquisa, fundamentalmente, historiográfica. Aponta-se para o surgimento, no século XIX, de um modelo de instituição arquivística que concentra documentos deslocados do lugar em que foram administrativamente acumulados para ocuparem espaço num depósito centrado em servir a pesquisa histórica.

No entanto, até a chamada “explosão documental”, na primeira metade do século XX, não se colocava o problema de guardar todos os documentos produzidos pelas administrações.

A emergência de uma visão gerencial para suprir a demanda de racionalização da produção, do uso administrativo e da eliminação de documentos associa-se à perspectiva que vai se estabelecendo de não se poder guardar tudo.

1.2 A VISÃO GERENCIAL DOS ARQUIVOS

Na primeira metade do século XX delinea-se uma realidade na qual as necessidades da administração pública encampam uma possível agenda da Arquivologia, num movimento de aproximação da função social dos arquivos às demandas de eficiência e transparência *administrativas* do Estado.

As iniciativas governamentais nos Estados Unidos, entre 1905-1909, de instalar um comitê presidencial para aprimorar métodos departamentais sobre os documentos; a criação no período de 1910 a 1933 de comissões, planos e conselhos para busca de eficiência por parte do governo federal, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas Comissões Hoover, em

1947-1949 e em 1953-1955, para a organização do ramo executivo do governo em relação à sua produção documental, foram fatos que colocaram em evidência o surgimento de uma visão gerencial dos arquivos (SCHELLENBERG, 1959)

Assim, com a denominada explosão documental, a partir da Segunda Guerra Mundial, as demandas por uma eficácia da ação administrativa e para uma eficiente gestão econômica crescem e exigem das comissões governamentais nos EUA soluções para o volume de documentos do Estado.

O controle sobre a seleção de documentos a conservar e o processo de reduzir a proporções manipuláveis a massa documental característica da administração moderna, buscando a conservação permanente daquela que tem valor cultural futuro, sem menosprezar a integridade substantiva da massa documental para efeitos de pesquisa, configurariam uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia, assinalada pela adoção do conceito de gestão de documentos (INDOLFO, 2008).

Nessa perspectiva os arquivos são fundamentalmente instrumentos auxiliares da administração. Segundo Rodrigues (2002), são o espaço para preservar a memória institucional, conservando direitos estabelecidos em processos administrativos. Portanto, o arquivo é entendido como o conjunto de documentos, a sua organização e o serviço estruturado em torno do seu uso.

O arquivo é reconhecido nos processos de documentação das transações de seu produtor. Os documentos são entendidos como possibilidade de consignação do ato, para um eventual retorno ao registrado nesse contexto de controle, de prova e de tomada de decisão.

Na visão gerencial dos arquivos, enfatiza-se a perspectiva da gestão administrativa. Têm-se os objetivos de sustentar direitos da instituição servindo-lhe de memória para uma continuidade assentada nos atos registrados. De modo geral, surge um modelo de compreensão das funções arquivísticas no controle documental desde o planejamento da criação até a sua destinação final.

De acordo com Jardim (1995), a visão gerencial seria menos uma rejeição à visão histórica do que sua ampliação em novas bases. Supõe-se que as instituições arquivísticas, especialmente as anglo-saxônicas, além de ampliar suas funções, renovem sua vocação como “lugar de memória”.



1.2.1 A Gestão de Documentos

Para Evans (1994), a Gestão de Documentos coloca os fundamentos para um enfoque global da administração de arquivos e documentos. Ele afirma que os registros e os arquivos são ferramentas (instrumentos) e subprodutos dos processos administrativos. Portanto, os documentos, independentemente de sua forma física ou características, são aqueles gerados ou recebidos e mantidos por uma instituição ou organização, na administração de suas atividades. O documento é entendido na condição oficial e legal, de acordo com seu contexto institucional e organizacional. A administração de documentos é identificada como área da gerência administrativa geral, relacionada com o aumento da economia e eficiência na preparação, na manutenção e na recuperação dos registros documentais.

O ciclo de vida dos documentos é compreendido desde sua produção ou recepção por qualquer repartição, passando pela sua manutenção e sua recuperação na administração de uma organização, até sua retenção como parte dos arquivos da instituição ou sua destruição final.

Essa compreensão das funções arquivísticas tem a finalidade de efetivar um controle eficiente da administração, com a aplicação de princípios e técnicas para reduzir a quantidade e melhorar a qualidade dos documentos; para manter (processamento e arquivamento) e utilizar os documentos no exercício das atividades dessas instituições; para assegurar a transferência sistemática para depósitos intermediários dos documentos de uso não corrente e para efetuar a avaliação dos documentos preservando aqueles que têm valor permanente para a instituição.

Na publicação *Gestão de Documentos: conceitos e procedimentos básicos* (ARQUIVO NACIONAL, 1995, p. 15) encontra-se a estruturação das fases que vêm sendo entendidas como momentos básicos desse planejamento, controle e organização para os documentos no escopo gerencial das organizações.

Elas seriam: a *produção de documentos* racionalizada para evitar o não essencial, ampliar a utilização dos documentos necessários e aplicar adequadamente recursos tecnológicos (reprografia, automação); a *utilização dos documentos* priorizando a disponibilidade rápida dos documentos necessários; utilização a baixo custo dos documentos e mobilização de recursos de armazenamento de acordo com a frequência e natureza das consultas; e a *destinação dos documentos* realizando a identificação dos documentos por classes, a classificação destas classes com vistas a sua conservação ou eliminação e

eliminação periódica de documentos não permanentes.

A visão gerencial dos arquivos, com o estabelecimento de normas para o tratamento documental, auxilia a tomada de decisão. A implementação do controle sobre os trâmites documentais é um modo de assegurar a localização dos documentos na condução administrativa das transações.

Essa perspectiva da gestão de documentos tem na avaliação que estabelece temporalidade e destinação aos documentos uma referência essencial.

1.2.2 A avaliação e a temporalidade dos documentos

As práticas arquivísticas sob a orientação do conceito de Gestão de Documentos evidenciam a condição essencial da avaliação documental na sustentação da busca racionalização do ciclo vital dos documentos.

O conceito de arquivo precisaria, segundo Schellenberg (2002), incorporar dinâmicas seletivas para formar a parte da massa documental que apresentasse valores para além das razões pelas quais os documentos vieram a existir.

Os motivos de ordem administrativa, e não a disponibilidade tecnológica para proliferação dos documentos, caracterizariam a produção documental resultante das ações de trabalho dentro das organizações. Desse modo, desenvolvem-se argumentos para racionalizar a formação dos arquivos. Inicialmente um controle da produção de documentos com a simplificação dos métodos de trabalho envolvendo rotinas de padronizações das formas de documentar.

Daí a importância da classificação para avaliar e estabelecer temporalidade aos documentos. No contexto dos arquivos, essa classificação seria entendida a partir da lógica orgânica entre a natureza da ação que gera o documento e a forma conferida a este.

É diante da impossibilidade de guardar tudo que se colocaria a avaliação de documentos. Uma primeira sistematização dos argumentos em torno dessa atividade de valoração seria a distinção de valores que marcam os documentos na contemporaneidade: valores primários e secundários.

Os documentos nasceriam no cumprimento das atividades exercidas pela entidade produtora do arquivo com implicações administrativas, fiscais, legais e executivas, que impõem os traços caracterizadores do valor primário, uma categorização do ambiente

originário do acervo.

Os valores secundários teriam de ser identificados nas formas documentais seriadas que representam a origem, o desenvolvimento e o funcionamento do produtor do arquivo, servindo-lhe de testemunho sobre a existência e as atividades exercidas. Além disso, uma importância informativa atribuída aos documentos de conteúdo com elevado grau de concentração de informação não recapitulada.

A visão gerencial ecoa as compreensões da Administração. Aponta-se para o florescimento de filosofias da Administração na perspectiva da mediação burocrática da racionalidade corporificada no documento. Este passa ser visto como imbuído do atributo racional dentro do funcionamento das organizações.

Do ponto de vista da gestão, o documento é mais do que algo decorrente dos procedimentos administrativos contendo privilegiado testemunho do que aconteceu, é o próprio fundamento e razão dos processos de trabalho nas organizações.

A visão gerencial dos arquivos privilegia a entidade documental para a implementação de programas de gerenciamento arquivístico dentro das administrações. No entanto, nota-se que ocorrem alterações nesse contexto a partir da emergência de uma chamada era da informação com o advento das tecnologias de informação e de comunicação, o que promoveria uma abordagem informacional dos arquivos.

1.3 A VISÃO INFORMACIONAL DOS ARQUIVOS

Ao final do século XX inicia-se uma reformulação de domínio na Arquivologia. Nesse período emerge o estabelecimento da associação da finalidade dos arquivos à de informação como uma responsabilidade assumida pela área.

Para Thomassem (2006), arquivo é o conceito central nos estudos da Arquivologia. Esse autor identifica a presença da noção de arquivo a partir da vida cotidiana até às configurações governamentais e empresariais, em que o modo arquivístico de agir tem o intuito de dar suporte à memória dos produtores de arquivo.

Nessa demonstração de um fenômeno arquivístico é colocada a composição informacional dos arquivos no sentido de informações serem produzidas e estruturadas na dinâmica dos processos de trabalho. Quer dizer, o arquivo é formado por informações que são geradas no curso das tarefas realizadas, por isso informações profundamente relacionadas a

esses processos de trabalho. A mediação informacional instituidora do arquivo teria a forma de registros relacionados com o encadeamento de ações enquanto processos de trabalho geradores e estruturadores de informação.

A função dos arquivos estaria na perspectiva das possíveis reutilizações da informação gerada e estruturada por processos de trabalho, que lhes impõem uma interpretação contextual. O primeiro momento dessa lógica é o apoio operacional dos arquivos para continuidade administrativa. A tomada de decisão é munida de referências anteriores, a validação dos compromissos envolve os arquivos, os ideais de prestação de contas demandam a evidência arquivística confiável.

Essas seriam as funções primárias do arquivo caracterizadas pela intencionalidade da entidade produtora no desempenho de processos de trabalho. A função secundária do arquivo seria a de herança cultural, numa outra ordem de intencionalidade, que identifica o que é representativo para a posteridade.

A forma registrada da informação, na perspectiva arquivística, estabeleceria uma compreensão a partir dos elementos que constituem os documentos. A noção de forma material da informação, com aspectos físicos e intelectuais, é entendida como instituidora de uma unidade lógica envolvendo carregador físico dessa informação e a função na criação do registro.

Os objetivos desse saber arquivístico repousariam nos processos informacionais que são produtos e produtores da realização de uma função. A preservação de uma estrutura informacional que serve de evidência para transações efetuadas.

A metodologia da Arquivologia estaria apoiada nos aspectos de *forma* material, de *estrutura* organizacional e de *contexto* administrativo, caracterizadores do fenômeno informacional nos arquivos.

Nessa abordagem, defendida por Thomassen, pretende-se que o trabalho arquivístico seja de análise da missão, da função e das tarefas do produtor do arquivo, visando a configurar uma instância de intervenção para o arquivista, na perspectiva de ser este um agente na otimização de fluxos informacionais.

A pesquisa arquivística estaria interessada em estudar as relações entre a informação e os elementos de contexto de sua geração e estruturação.

Angelika Menne-Haritz (1998), autora que se dedica aos estudos da avaliação e da proveniência em ambientes eletrônicos, coloca o paradoxo que só a destruição de partes dos

registros abre acesso à informação potencial da situação original. Usa a metáfora de uma floresta que não pode ser vista, porque há muitas árvores. Nessa perspectiva, insere a relevância da avaliação para promover o acesso às informações no contexto do arquivo.

Essa visão informacional dos arquivos tem sido apresentada, na literatura da área, na perspectiva da gestão da informação dentro das organizações.

1.3.1 A gestão da informação arquivística

O papel da informação no contexto administrativo é assinalado como recurso estratégico, tão importante como os recursos materiais e financeiros.

Segundo Couture e Rosseau (1998, p. 65), as organizações apresentam necessidades de acesso rápido a informações. Esses processos informacionais são entendidos como redes de comunicação por onde circula informação de características afetas ao âmbito profissional do arquivista.

Todos os membros do organismo têm necessidade de informação para desempenharem as suas respectivas funções. Arranjam informação necessária tanto no exterior como no interior do organismo. Essa informação pode ser verbal ou registrada num suporte como o papel, a fita magnética, o vídeo, o disco óptico ou o microfilme. Pode ser ou orgânica, isto é, elaborada, enviada ou recebida no âmbito da sua missão, ou não orgânica, isto é, produzida fora do âmbito desta. A produção de informações orgânicas dá origem aos arquivos do organismo.

Para Ketelaar (2002), na visão informacional, a idéia de arquivo continua sendo o potencial de servir para compreender o passado, como é enfatizado pela perspectiva histórica. O arquivo está no valor atribuído pela sociedade à manutenção de evidência do passado para o futuro.

Entende-se que a gestão, sobre as atividades dentro de uma organização, apreende um processo de geração de informação vinculada ao contexto de andamento das tarefas dessa organização. Nesse sentido, percebe-se a formação distribuída da produção informacional, que deve ser gerida na perspectiva de serem processos comunicativos, além de evidência do funcionamento da organização, servindo-lhe de memória.

Ketelaar enxerga as práticas diárias das organizações na produção informacional às vezes indefinida entre o oficial e a formação paralela de arquivamentos de conveniência

relacionados às tarefas organizacionais. As atividades de criação e utilização da informação estariam orientadas à transmissão da ação e da experiência através do tempo, um fenômeno individual e coletivo.

De acordo com Terry Cook (1998), o arquivo deve ser reconhecido como um ambiente informacional. Haveria um complexo de ações envolvidas na realização de um trabalho numa dinâmica de usos da informação. As tecnologias de informação e de comunicação são vistas como o fator de impacto para as mudanças na direção de uma visão informacional das práticas arquivísticas.

Assim, observa-se que, tanto na visão histórica como na gerencial, o objeto do trabalho arquivístico é abordado do ponto de vista de ser uma entidade, nesse caso a documental. Quanto a visão informacional, nota-se, fundamentalmente, a ênfase nas ações de informação, ou seja, abordar relações ou processos de comunicação no quadro das interações intersubjetivas.

Para Rodrigues (2006, p. 21) exigências informacionais da sociedade atual tanto na perspectiva dos serviços governamentais quanto dos negócios terão colocado mudanças nas funções e atividades dos arquivistas com necessidades de tratamento e recuperação da informação que redefine os objetivos e o corpo conceitual da Arquivologia.

1.3.2 A normalização arquivística

As iniciativas de normalização da descrição arquivística têm sido apresentadas como uma preocupação com uma melhor recuperação da informação nos arquivos. Para Leão (2006, p. 24), “do ponto de vista arquivístico, ter acesso à informação significa a construção de um acesso à informação contextualizada, de acordo com suas condições de produção”.

A descrição arquivística buscaria identificar os elementos de informação dos arquivos para a instauração de sistemas de recuperação da informação arquivística.

De acordo com Fonseca (2001), ao fim da década de 1980, o Conselho Internacional de Arquivos iniciou o processo de construção de normas de descrição de documentos arquivísticos a serem propostas à comunidade arquivística internacional. Em janeiro de 1992, foi elaborada a primeira versão da ISAD(G) – Norma geral internacional de descrição arquivística, que estabelece áreas de informação para a descrição arquivística padronizada. Em 1996 foi concluída a ISAAR (CPF) – Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias, que propõe o registro de autoridade

para entidades produtoras de arquivo.

Nesse quadro, aponta-se, ainda, para as iniciativas do Conselho Internacional de Arquivos, por meio do atual Comitê de Boas Práticas Arquivísticas, que vem elaborando normas para o trabalho arquivístico. É o caso da ISIAH, em discussão, para regradar os elementos de descrição das instituições custodiadoras de acervos arquivísticos, e a ISDF, também em discussão, para a descrição das funções de produtores de arquivo.

Santos (2007, p. 65), em artigo sobre a representação da informação em arquivos, trata da viabilidade de uso de padrões utilizados na biblioteconomia e seu impacto na Arquivologia.

Tem-se como certo que a palavra de ordem da era da globalização é o compartilhamento de informações visando à economia de recursos. Para que isso ocorra de forma eficiente e eficaz, necessário se faz que a padronização da representação da informação seja estruturada de forma mais coerente, atendendo às necessidades de buscas de usuários, não só de bibliotecas, mas, também, de arquivos.

Os movimentos de normalização das práticas arquivísticas representariam uma abordagem informacional dos arquivos. O que vai ao encontro da proposta de uma gestão da informação na perspectiva do saber arquivístico inserir-se nesse quadro de intervenção profissional sobre o domínio informacional no mundo contemporâneo.

A visão informacional tem sido apresentada, na literatura da área, em associação com as transformações socioculturais a partir da emergência das tecnologias da informação e comunicação. Nesse sentido, a atualização das práticas arquivísticas em relação aos discursos das novas tecnologias, difundidos no final do século XX, concederia à informação uma condição fundamental no território da Arquivologia. Isto se soma ao surgimento de movimentos de normalização das práticas arquivísticas na direção das iniciativas internacionais de padronização da informação visando à interoperabilidade dos sistemas informacionais. Nessa normalização, objetiva-se uma descrição arquivística que estrutura informação para servir de “ponto de acesso”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para indicar a unidade de cada uma das visões, recorreu-se à estruturação dos argumentos na descrição de práticas e discursos, historicamente referenciados, configurando



perspectivas específicas em cada uma das visões. Além da caracterização interna das três visões, buscou-se também a contextualização de sua emergência num quadro mais amplo.

Considera-se que há uma visão histórica dos arquivos que se estabelece com o modelo de instituição arquivística típica do século XIX, que privilegia a dimensão patrimonial de acervos custodiados, para servirem à produção historiográfica. Nesse sentido, há o reconhecimento da importância da experiência francesa na criação dos arquivos nacionais, além de enunciar a abordagem contextual que caracteriza o saber arquivístico.

O quadro histórico da primeira metade do século XX é o elemento de fundo para a identificação do surgimento de uma visão gerencial dos arquivos. As relações entre os arquivos e a administração teriam sido, em alguma medida, negligenciadas no cenário da formação dos Estados nacionais. Os arquivos eram, na visão histórica, vistos enquanto instituições para a sustentação de identidades nacionais.

A visão gerencial estabeleceria uma ampliação das funções arquivísticas. A demanda de eficiência estatal, frente aos problemas da “explosão documental” por parte dos países desenvolvidos, no período chamado entreguerras, e o ambiente de difusão das idéias de administração científica, delineariam o surgimento do conceito e das práticas de gestão de documentos.

A estruturação de técnicas e procedimentos cobrindo a produção, a utilização e a destinação dos documentos dentro das administrações instituiria a compreensão do papel dos serviços de arquivo na racionalização do uso e da temporalidade dos documentos.

O outro enfoque é a visão informacional dos arquivos. O discurso da importância da informação como recurso estratégico do ponto de vista do desenvolvimento e da orientação de sucesso das organizações, se faz presente, por exemplo, nas iniciativas de sistemas nacionais de informação recomendados pela Unesco e, também, nas aplicações dos sistemas de recuperação de informação aos arquivos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Gestão de Documentos:** conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. 49 p. (Série Publicações Técnicas, n. 47).

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico



comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, FGV, Rio de Janeiro, n. 21 - 1998.

_____. Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, 1 (2000).

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

DUCHEIN, Michel. O Respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, 10-14(11): 14-33, abr. 1982 ago., 1986.

EVANS, Frank B. Princípios fundamentais para um enfoque global da administração de arquivos e documentos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 15-23, p. 5-11, 1994.

_____. Nota à tradução portuguesa. In: COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998, p. 15-19.

FONSECA, Maria Odila. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-45, 1998.

_____. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **A normalização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Brasil, 2001.

INDOLFO, Ana Celeste. **O uso de normas arquivísticas no Estado brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal Fluminense e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, RJ, 2008.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <http://www.ibict.br/cinciadainformacao>. Acesso em 02/09/2006.

_____. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (Orgs). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1999a.

_____. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999b.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Arquivos In: **Formas e Expressões do Conhecimento**. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia, 1998.

KETELAAR, Eric. **The Archive as a Time Machine**. DLM Forum 2002. Barcelona, 8 de maio de 2002.



LEÃO, Flávia Carneiro. **A representação da informação arquivística permanente:** a normalização descritiva e a ISAD(G). Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MENNE-HARITZ, Angelika . **Appraisal and disposal of electronic records and the principle of provenance:** appraisal for access - not for oblivion. 1998. Disponível em: www.narc.fi/dlm/9b.pdf . Acessado em: 9/6/2008.

RODRIGUES, Ana Célia. **Tipologia documental como parâmetro para gestão de documentos de arquivo:** um manual para o município de Campo Belo (MG). São Paulo: 2002. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. Orientadora: Heloísa Liberalli Bellotto.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A formação do arquivista contemporâneo numa perspectiva histórica: impasses e desafios atuais. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jul./dez 2006, p. 17-41.

SANTOS, Maria José Veloso da Costa. A representação da informação em arquivos: viabilidade de uso dos padrões utilizados na biblioteconomia. **Acervo**, v. 20, n. 1-2, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. **Documentos públicos e privados:** arranjo e descrição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

_____. **Manual de arquivos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. **Arquivística:** teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

THOMASSEM, Theo, Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, 2006.